REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

ECONOMIA INFORMAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS QUITANDEIROS DOS MERCADOS ALTO DAS ROLAS E CABASSANGO EM CABINDA

INFORMAL ECONOMY AND ITS CONTRIBUTION TO IMPROVING THE QUALITY OF LIFE OF MARKET VENDORS ("QUITANDEIROS") IN ALTO DAS ROLAS AND CABASSANGO IN CABINDA

LA ECONOMÍA INFORMAL Y SU CONTRIBUCIÓN A LA MEJORA DE LA CALIDAD DE VIDA DE LOS VENDEDORES AMBULANTES ("QUITANDEIROS") DE ALTO DAS ROLAS Y CABASSANGO EN CABINDA

André Nduli Luemba[1], Flaviano Luemba Capita[2]

e6127073
https://doi.org/10.47820/recima21.v6i12.7073

PUBLICADO: 12/2025

RESUMO

Este artigo investiga a contribuição da economia informal para a melhoria da qualidade de vida dos quitandeiros dos mercados Alto das Rolas e Cabassango, em Cabinda, Angola. O estudo parte da crescente relevância do setor informal como mecanismo de sobrevivência diante da limitada capacidade de absorção laboral por parte do setor formal. Adotou-se uma abordagem metodológica mista, combinando técnicas quantitativa e qualitativa. Foram aplicados inquéritos semi-estruturados à uma amostra de 100 quitandeiros, complementados por observação direta e análise estatística de variáveis socioeconômicas. Os resultados indicam que todos os participantes ingressaram na economia informal por necessidade, pois, 91% dependem exclusivamente desta atividade para garantir o sustento familiar. Embora o setor informal desempenhe um papel crucial na geração de rendimentos mínimos, o seu impacto na melhoria da qualidade de vida revelou-se limitado. Verificaram-se rendimentos baixos e instáveis, condições habitacionais frágeis, insegurança alimentar, forte dependência de serviços públicos de saúde e ausência de descanso semanal. Identificaram-se ainda condições laborais precárias, incluindo exposição a riscos ambientais, armazenamento inadequado de produtos e reduzida proteção civil. A análise estatística confirmou uma correlação positiva entre rendimento e qualidade de vida, embora ambos permaneçam em níveis modestos. Conclui-se que a economia informal reduz a vulnerabilidade imediata, mas não assegura progresso socioeconómico sustentável. Recomenda-se o reforço das infraestruturas dos mercados, a melhoria das condições de trabalho e a implementação de políticas públicas de proteção social.

PALAVRAS-CHAVE: Economia informal. Qualidade de vida. Quitandeiros. Cabinda. Mercado de trabalho.

ABSTRACT

This article investigates the contribution of the informal economy to improving the quality of life of market vendors ("quitandeiros") in the Alto das Rolas and Cabassango markets in Cabinda, Angola. The study stems from the growing relevance of the informal sector as a survival mechanism in the face of the limited labor absorption capacity of the formal sector. A mixed methodological approach was adopted, combining quantitative and qualitative techniques. Semi-structured surveys were applied to a sample of 100 market vendors, complemented by direct observation and statistical analysis of socioeconomic variables. The results indicate that all

[1] Mestre em Administração e Desenvolvimento Local e Docente da Faculdade de Economia da Universidade 11 de Novembro.
[2] Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade 11 de Novembro.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

participants entered the informal economy out of necessity, as 91% depend exclusively on this activity to guarantee their family's livelihood. Although the informal economy provides essential income for survival, its overall impact on improving quality of life remains limited. Respondents reported low and unstable earnings, precarious housing conditions, food insecurity, high dependence on public healthcare, and lack of weekly rest. The study also identified unsafe working conditions, including environmental exposure, inadequate product storage, poor sanitation, and insufficient civil protection mechanisms. Statistical analysis confirmed a positive correlation between income and quality of life; however, both remain at low levels. The study concludes that while the informal economy helps reduce immediate socioeconomic vulnerability, it does not guarantee sustainable improvements in well-being. Policy recommendations include enhancing market infrastructure, strengthening workplace safety, and expanding social protection measures.

KEYWORDS: *Informal economy. Quality of life. Street vendors. Cabinda. Labour market.*

RESUMEN
Este artículo investiga la contribución de la economía informal a la mejora de la calidad de vida de los vendedores ambulantes ("quitandeiros") en los mercados de Alto das Rolas y Cabassango en Cabinda, Angola. El estudio surge de la creciente relevancia del sector informal como mecanismo de supervivencia ante la limitada capacidad de absorción laboral del sector formal. Se adoptó un enfoque metodológico mixto, combinando técnicas cuantitativas y cualitativas. Se aplicaron encuestas semiestructuradas a una muestra de 100 vendedores ambulantes, complementadas con observación directa y análisis estadístico de variables socioeconómicas. Los resultados indican que todos los participantes ingresaron a la economía informal por necesidad, ya que el 91% depende exclusivamente de esta actividad para garantizar el sustento de su familia. Aunque el sector informal provee ingresos esenciales para la supervivencia, su impacto en la mejora de la calidad de vida es reducido. Los encuestados presentan ingresos bajos e inestables, condiciones habitacionales precarias, inseguridad alimentaria, alta dependencia de los servicios públicos de salud y ausencia de descanso semanal. También se identificaron condiciones laborales inseguras, incluyendo exposición ambiental, inadecuado almacenamiento de productos, deficiencias sanitarias y escasa protección civil. El análisis estadístico confirmó una correlación positiva entre ingresos y calidad de vida, aunque ambos permanecen en niveles bajos. Se concluye que la economía informal atenúa la vulnerabilidad inmediata, pero no garantiza avances socioeconómicos sostenibles. Se recomienda mejorar la infraestructura de los mercados, fortalecer la seguridad laboral y ampliar las medidas de protección social.

PALABRAS CLAVE*: Economía informal. Calidad de vida. Vendedores ambulantes. Cabinda. Mercado laboral.*

INTRODUÇÃO

A qualidade de vida é um dos temas que mais tem despertado o interesse de países e estudiosos das ciências sociais. Prova disso é a entrada em vigor, em janeiro de 2016, da resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulada *"Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável"*, composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, aprovada pelos líderes mundiais em 25 de setembro de 2015, durante uma cúpula realizada na sede da ONU, em Nova York (EUA).

A análise dos 17 objetivos demonstra uma preocupação centrada na melhoria da qualidade de vida das populações.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Contudo, a ineficiência de muitas instituições formais em responder aos anseios sociais e econômicos mais urgentes tem levado uma parcela significativa da população ao desemprego, fazendo com que muitas pessoas recorram a economia informal como alternativa de geração de renda e melhoria das condições de vida.

Na década de 1970, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicou estudos pioneiros sobre o setor informal, compreendido como um fenômeno típico dos países em desenvolvimento, onde o avanço das relações mercantis modernas não conseguiu absorver grande parte da população trabalhadora no sistema de emprego formal, originando, assim, novas estratégias de sobrevivência (OIT, 1972).

O principal desafio desse setor reside na baixa remuneração e nas condições precárias de trabalho, o que levanta dúvidas sobre a capacidade da economia informal em satisfazer plenamente as necessidades das populações que dela dependem. Melhorar a qualidade de vida implica atender a um conjunto de indicadores de bem-estar, como renda, acesso a serviços, segurança alimentar e percepção de bem-estar. Nessa perspectiva, surge o interesse em compreender se apesar das múltiplas dificuldades que caracterizam o setor informal as atividades nele exercidas conseguem contribuir efetivamente para a melhoria da qualidade de vida dos seus praticantes.

É importante referir que a economia informal pode ser classificada em lícita e ilícita. Contudo, o presente estudo concentra-se exclusivamente na vertente lícita, analisando de que modo as atividades desenvolvidas pelos quitandeiros incidem na melhoria da sua qualidade de vida. A pesquisa tem como recorte espacial os mercados Alto das Rolas e Cabassango, localizados na província de Cabinda, e temporal o ano de 2025.

Situação problemática

O número de pessoas em busca de emprego formal em Angola tem crescido significativamente. As estatísticas do mercado de trabalho evidenciam um desequilíbrio entre a oferta e a demanda de emprego. De acordo com o Relatório do II Trimestre de 2025 do Instituto Nacional de Estatística (INE), a taxa de desemprego nacional situou-se em 28,8%. Diante desse cenário, muitos cidadãos, sem alternativas formais de inserção profissional, recorrem à economia informal como meio de subsistência e de satisfação das suas necessidades básicas.

Com o intuito de enfrentar essa realidade, o Governo Angolano criou o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), no âmbito do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018–2022, com o objetivo de promover a transição gradual da economia informal para a formal. O programa foi reformulado pelo Decreto Presidencial n.º 148/25, de 5 de junho, em alinhamento com o PDN 2023–2027.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Todavia, a informalidade continua em crescimento. No I Trimestre de 2025, registrou-se um aumento de 10,3% no número de trabalhadores informais, abrangendo 10.353.727 pessoas, ou seja, 964.417 a mais do que no mesmo período do ano anterior. Assim, até o II Trimestre de 2025, a taxa de informalidade acumulada atingiu 78,6% (INE, 2025).

Esses números evidenciam a relevância da economia informal como fonte de ocupação e renda para grande parte da população, o que reforça o interesse em compreender até que ponto essa inserção contribui para a melhoria da qualidade de vida dos seus participantes.

Dessa forma, esta pesquisa busca responder à seguinte questão científica:

De que modo a economia informal contribui para a melhoria da qualidade de vida dos quitandeiros dos mercados Alto das Rolas e Cabassango, em Cabinda?

Hipótese

Com base em uma pesquisa exploratória e na revisão da literatura sobre o tema, parte-se da hipótese de que a economia informal contribui de forma limitada para a melhoria da qualidade de vida dos quitandeiros dos mercados Alto das Rolas e Cabassango, em Cabinda, embora desempenhe um papel importante na minimização de algumas dificuldades sociais enfrentadas por esses trabalhadores.

Objectivos

A pesquisa visou analisar a contribuição da economia informal para a melhoria da qualidade de vida dos quitandeiros dos mercados Alto das Rolas e Cabassango, em Cabinda. Mais especificamente, com a presente pesquisa procurou-se caraterizar a atividade informal exercida nos mercados Alto das Rolas e Cabassango; identificar os principais indicadores de qualidade de vida entre os quitandeiros; analisar a situação socioeconômica dos participantes, com base nos indicadores de qualidade de vida e avaliar a percepção dos quitandeiros sobre a contribuição da economia informal para o seu bem-estar.

MÉTODOS

O presente estudo adotou uma abordagem quantitativa e qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com o objetivo de analisar a relação entre a economia informal e a qualidade de vida dos quitandeiros dos mercados Alto das Rolas e Cabassango, em Cabinda. A operacionalização das variáveis transformou conceitos teóricos em elementos mensuráveis, definindo a economia informal como *variável independente* e a qualidade de vida como *variável dependente*, de modo a investigar a relação de causa e efeito entre elas. Para mensurar essas variáveis, foram estabelecidos indicadores específicos, incluindo condições de trabalho e receita

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

para a variável independente, e nível acadêmico, habitação, assistência sanitária, alimentação, vestuário, comunicação e lazer para a variável dependente.

A população da pesquisa compreendeu 935 quitandeiros, sendo selecionada uma amostra de 100 indivíduos por amostragem aleatória simples, garantindo representatividade estatística. O termo “quitandeiro” refere-se a vendedores ambulantes típicos de Angola, originários do dialeto quimbundo, que expõem mercadorias em tabuleiros. Entre os participantes, 63% são do gênero masculino e 37% do feminino, refletindo a composição populacional nos mercados estudados.

Para a coleta de dados, foram utilizados métodos combinados: entrevistas semi-estruturadas com os quitandeiros, análise documental de registros administrativos e observação participante no contexto dos mercados. O tratamento estatístico foi realizado com SPSS e ferramentas do Excel, permitindo avaliar a correlação entre economia informal e qualidade de vida, identificar frequências e padrões, e garantir confiabilidade e precisão nas inferências. O estudo adotou o método hipotético-dedutivo, com procedimentos estatísticos que possibilitam tanto a verificação da hipótese quanto a análise descritiva das condições de vida e trabalho dos quitandeiros. Dessa forma, a metodologia integra rigor quantitativo e compreensão qualitativa, oferecendo uma análise robusta da contribuição da economia informal para a melhoria da qualidade de vida nos mercados Alto das Rolas e Cabassango, em Cabinda.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Para uma melhor compreensão dos fundamentos da economia informal, busca-se destacar seus determinantes, abordando a problemática de sua origem e definição, bem como sua classificação sob diferentes perspectivas teóricas. Apresentam-se, ainda, as principais correntes teóricas que contribuíram para a compreensão dos aspectos mais relevantes desse setor específico.

1.1. Economia informal: conceitos e determinantes

O setor informal da economia ganhou maior relevância na África após a descolonização dos países da África Subsaariana. O crescimento contínuo das práticas econômicas informais, associado ao agravamento das crises econômicas regionais, despertou o interesse de diversos especialistas para o estudo desse importante segmento (Lopes, 2004).

Chong e Gradstein (2007) argumentam que a incapacidade do Estado de responder aos desafios fundamentais da população, especialmente nos domínios do emprego, da saúde e da educação, está na origem e na expansão do setor informal. Há uma relação empírica entre a qualidade das instituições, o cumprimento das penalizações legais, a ausência de corrupção e os

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

baixos níveis de economia informal. Por outro lado, a informalidade tende a aumentar em contextos de desigualdade na distribuição de renda e de instituições frágeis.

O reconhecimento da relevância desse setor levou o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) a incorporarem o tema em suas estratégias de desenvolvimento. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) também reconheceu oficialmente a economia informal na 15.ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho, realizada em Genebra, em 1993, quando definiu o setor informal, para fins estatísticos, como um espaço de emprego (OIT, 2002).

No que diz respeito ao conceito de economia informal, há grande dificuldade em defini-lo devido ao caráter dinâmico das atividades que o compõem. Schneider e Enste (2000) destacam a capacidade de adaptação dos agentes econômicos às mudanças no sistema tributário, nas normas regulatórias, nas sanções estatais e nas normas sociais, fatores que criam diferentes custos de oportunidade e incentivos, tornando o comportamento do setor informal altamente dinâmico. Neste estudo, adota-se o conceito de economia informal como o valor agregado legal gerado por atividades não tributadas ou não registradas, excluindo-se as atividades ilícitas.

Smith (1994) define a economia informal como a produção de bens e serviços de mercado, legais ou ilegais, que escapam à detecção nas estimativas oficiais do Produto Interno Bruto (PIB). Feige (1994) e Schneider (1994) consideram-na toda atividade que contribui para o cálculo do PIB, mas que não é oficialmente registrada. Para Schneider e Enste (2000), compreende-se como toda atividade que seria tributada caso fosse reportada às autoridades fiscais. Já De Soto (1989) a descreve como o conjunto de unidades econômicas que não cumprem as obrigações impostas pelo Estado, especialmente no que se refere aos tributos e à regulação. Feliciano (2005) entende-a como o conjunto de atividades e práticas econômicas legais realizadas por agentes total ou parcialmente à margem da lei.

Noronha (2003) identifica três abordagens econômicas principais sobre o fenômeno:

a) A velha informalidade, que enfatiza a insuficiência de empregos e as estratégias de sobrevivência;
b) A informalidade neoclássica, que destaca a racionalidade das empresas na redução dos custos trabalhistas;
c) A nova informalidade ou informalidade pós-fordista, resultante das transformações tecnológicas e das novas formas de organização do trabalho.

Theodoro (2000) também contribuiu para o debate, destacando três tipos de abordagem da informalidade: a) Técnica, que considera a informalidade uma anomalia temporária a ser corrigida com o desenvolvimento econômico; b) Política, que vê a informalidade como uma questão social e uma possível solução para o desemprego; c) Subsidiária, típica da década de

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

1990, que reconhece o trabalhador informal como um potencial empreendedor a ser apoiado com políticas de crédito e incentivo.

1.1.1. Classificação da economia informal

A literatura apresenta diferentes perspectivas de classificação da economia informal. Segundo Mirus e Smith (1997), do ponto de vista jurídico, ela se divide em *Economia informal lícita* (composta por atividades socialmente aceitas, como omissão de renda, propriedades, salários ou pequenas trocas de serviços legais) e *Economia informal ilícita* (que inclui práticas como contrabando, fraude, produção e tráfico de drogas), atividades não aceites socialmente.

Noutra vertente, Capecchi (1989) propõe uma tipologia econômica que distingue três formas principais de economia informal: de subsistência (voltada para o autoconsumo e a solidariedade familiar); de sobrevivência (direcionada à geração de rendimentos mínimos para sustento) e de rendimento (que tem o foco na acumulação de capital e na melhoria de vida dos agregados familiares).

1.1.2. Determinantes da economia informal

Três principais correntes do pensamento econômico explicam as causas e determinantes da economia informal: Estruturalistas (PREALC[1]/CEPAL[2]), Marxistas e neomarxistas[3] e legalistas[4] e neoliberais. Ramos (2007), afirma que os estruturalistas, representados pelo PREALC e inspirados pela CEPAL, defendem que a economia informal resulta da heterogeneidade estrutural das economias latino-americanas. Assim, coexistem um setor moderno e regulado e outro de baixa produtividade, composto por pequenas unidades familiares sem regulamentação. Já os marxistas veem a economia informal como parte do “exército de reserva de mão de obra”, servindo à lógica da acumulação capitalista (MARX, 1985). Para autores como Oliveira (1981), Singer (1979) e Prandi (1978), o setor informal atua como um “colchão” social em períodos de crise, absorvendo o desemprego e mitigando tensões sociais. Finalmente, a partir da década de 1980, os legalistas e neoliberais passaram a associar o crescimento da informalidade à excessiva regulação estatal e à carga tributária elevada (Braga, 2006; Pamplona, 2001). Para essas correntes, a economia informal é uma resposta racional aos entraves burocráticos e fiscais impostos pelo Estado.

[1] PREALC - Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe.
[2] CEPAL – Comissão Económica para América Latina.
[3] Neomarxistas – no caso dos trabalhadores que estudam a economia informal, é uma nomenclatura dada para definir a escola de alguns autores que, apesar de ter suas origens na escola marxistas, foram além de suas análises e agregaram algumas observações distintas, ainda que não conflituantes, a suas ideias (SANCHES, 2008).
[4] Legalista – refere-se aos autores que utilizam como principal determinante da economia informal o excesso de legislação (SANCHES, 2008).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

2. QUALIDADE DE VIDA

Enquanto na visão de Souza (1982), a qualidade de vida abrange tanto a distribuição dos bens de cidadania quanto os bens coletivos menos tangíveis, mas essenciais ao bem-estar social, na perspectiva defendida pela ONU, a qualidade de vida está relacionada ao acesso à alimentação, à saúde, à educação, à segurança, ao lazer e à participação econômica, cultural e política. Estas abordagens foram complementadas por Ferreira (1995) ao sustentar que melhorar a qualidade de vida não se resume ao aumento da produção econômica, mas envolve a satisfação integral das necessidades humanas e por Gallopín (1982) que inclui a dimensão ambiental como componente essencial no debate, pois a qualidade de vida depende das condições ecológicas e da percepção subjetiva de bem-estar.

Relativamente aos indicadores de qualidade de vida, Izurieta *apud* Herculano (1992), destaca três tipologias principais: de *resultado* (que se referem à mortalidade infantil, à expectativa de vida e à taxa de alfabetização); de *insumo* (relacionados com o número de escolas, hospitais e renda média); e de *acesso* (associados aos fatores como a distância aos serviços essenciais, custos e barreiras sociais).

Numa perspectiva mais operacionalizada, Crocker (1995) aponta os indicadores que devem servir de base para medir a qualidade, nomeadamente, o nível de conhecimento e tecnologia, o acesso à produção e ao consumo, a participação social, as condições ambientais e a eficiência das políticas públicas. Conclui-se, deste modo, que a mensuração da qualidade de vida envolve uma multiplicidade de dimensões que resumem essencialmente qualidade habitacional, a qualidade educacional, a qualidade da saúde, as condições de trabalho e a qualidade ambiental urbana.

2.1. Relação entre economia informal e qualidade de vida

A qualidade de vida da população está estreitamente ligada ao desenvolvimento económico dos países. Nesse sentido, Latouche (1998) defende que a economia informal constitui uma alternativa africana ao desenvolvimento, funcionando como uma forma de recusa ao “imperialismo” do modelo ocidental, o qual assenta na autonomização absoluta dos comportamentos económicos face às relações sociais e no primado dos valores, institutos e instituições de mercado.

Na perspectiva de Latouche, para que este setor possa efetivamente contribuir no processo de desenvolvimento na África Subsariana, é fundamental aperfeiçoar os sistemas de estatísticas do trabalho e das contas nacionais, bem como compreender a contribuição da economia informal para diversos aspetos do desenvolvimento econômico e social, incluindo a

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

criação de emprego, a produção, a geração de rendimentos, a formação de capital humano e a mobilização de recursos financeiros.

De acordo com Carlos Lopes (2004), o setor informal passou a ser percebido como o viveiro do futuro empresariado nacional. A solução proposta consistia em formalizar os segmentos mais dinâmicos desse setor, sobretudo em resposta às crises derivadas dos Programas de Ajustamento Estrutural e do crescente endividamento que fragilizaram as economias africanas. Esse contexto fez com que, na década de 1980, investigadores e instituições internacionais como a OIT, o FMI e o Banco Mundial passassem a prestar maior atenção ao fenómeno da economia informal.

Segundo Tamo (2008, p. 32), uma das caraterísticas centrais do mercado de trabalho é a explosão da procura, impulsionada por uma demografia galopante. Nessa perspetiva, Pochmann (1999) salienta a importância da intervenção do Estado na formulação de políticas públicas favoráveis ao emprego.

Brandenburg (1999) reforça esta análise ao afirmar que o desenvolvimento depende da articulação entre racionalidade económica e integração social, sendo esta última possível apenas através de um processo interno de construção social protagonizado por diversos atores.

Embora a economia informal desempenhe um papel relevante na geração de rendimentos, acarreta igualmente consequências significativas. As condições em que é praticada, a forma de exposição dos produtos e a acumulação de resíduos podem representar riscos para a saúde pública. Nesse sentido, Pastore (2001) defende a necessidade de refletir sobre formas de proteção “atreladas aos seres humanos e não apenas às condições de trabalho”, garantindo, assim, ocupações dignas para um vasto contingente de trabalhadores com poucas oportunidades e expetativas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Caracterização dos Mercados do Cabassango e Alto das Rolas

A presente investigação foi realizada nos municípios de Liambo e Cabinda, este último, igualmente designado por Tchiowa, corresponde a capital da província de Cabinda. Cabinda é uma das vinte e uma províncias da República de Angola, constituindo um enclave delimitado a Norte pela República do Congo, a Este e a Sul pela República Democrática do Congo e a Oeste pelo Oceano Atlântico.

A população pertence, na sua grande maioria, ao conjunto de povos bantu, sendo predominante o grupo étnico Fiote, cuja língua, o Ibinda, constitui um dos dialetos do Kikongo. Com a publicação da Lei n.º 14/24, de 5 de agosto (Lei da Divisão Política e Administrativa), a

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

província passou a ser composta pelos municípios de Cabinda, Cacongo, Buco-Zau, Belize, Liambo, Ngoio, Necuto, Miconje, Massabi e Tando-Zinze.

Com uma superfície de 7.283 km² e cerca de 903.370[5] habitantes, a província de Cabinda caracteriza-se por uma predominância populacional em zonas periurbanas, sendo o comércio informal uma das suas atividades econômicas centrais. Seguem-se o funcionalismo público, a agricultura, a pesca fluvial e marítima. Nos últimos anos têm-se intensificado os fluxos migratórios, associados sobretudo à procura de oportunidades de trabalho e rendimento, o que simultaneamente aumenta a pressão sobre a oferta de habitação, infra-estruturas urbanas, comércio e serviços básicos. No contexto desta investigação, a análise recai especificamente sobre dois mercados informais locais:

1.º) Mercado Alto das Rolas: foi reabilitado em Março de 2008 e reinaugurado em 2009. Encontra-se localizado no Município de Cabinda, no bairro Deolinda Rodrigues, na Avenida Agostinho Neto. Alberga oficialmente 203 mercadores, excluindo aqueles que não se encontram registados junto da Administração Municipal. Os quitandeiros estão organizados em função da tipologia de produtos vendidos. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Económico Integrado cobra uma taxa diária pela ocupação do espaço, em conformidade com o Decreto Presidencial n.º 176/24, de 24 de Julho, Regime Jurídico Aplicável às Taxas Cobradas pelos Órgãos da Administração Local do Estado.

2.º) Mercado do Cabassango: Inaugurado em 2005, localiza-se no Município do Liambo, no bairro Cabassango, e acolhe oficialmente 732 mercadores, não incluindo vendedores não registados. Tal como no mercado anterior, os mercadores são organizados segundo a tipologia dos bens comercializados, sendo igualmente sujeitas a cobrança diária de taxa conforme estipulado no diploma legal supracitado.

3.2. Razões da imersão nas actividades informais e grau de dependência

Tabela 1. Razão da Imersão nas Actividades Informais

Indagados	Respostas			
	É a minha paixão		Para melhorar as condições de vida	
	Fr	%	Fr	%
Quitandeiros	0	0	100	100
Total	**0**	**0**	**100**	**100**

Fonte: Pesquisa de Campo (2025)

[5] Relatório do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2024).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A prática de qualquer atividade econômica resulta de motivações diversas. No entanto, no presente estudo verificou-se que todos os quitandeiros inquiridos afirmaram exercer atividades informais exclusivamente com o propósito de melhorar as suas condições de vida. A Tabela n.º 1 evidencia que nenhum dos participantes declarou exercer a atividade por vocação ou afinidade pessoal.

Esta constatação reforça a interpretação de que o ingresso no setor informal resulta sobretudo de fatores estruturais, nomeadamente a escassez de emprego formal, baixos níveis de qualificação académica e ausência de alternativas econômicas. A partir deste diagnóstico torna-se pertinente avaliar se tal objetivo é efetivamente atingido, total ou parcialmente, através dos rendimentos obtidos.

Tabela 2. Tempo de Trabalho VS Grau de Dependência nas Actividades Informais

Tempo de Trabalho	Respostas			
	Sim		Não	
	Fr	%	Fr	%
Menos de 2 anos	17	18,7	6	66,7
De 2 à 5 anos	28	30,8	2	22,2
Mais de 5 anos	46	50,5	1	11,1
Total	**91**	**100**	**9**	**100**

Fonte: Pesquisa de Campo (2025)

A Tabela n.º 2 analisa a relação entre o tempo de permanência na atividade e o grau de dependência econômica relativamente ao comércio informal. Os resultados demonstram que 91% dos quitandeiros dependem totalmente deste tipo de atividade para a sua subsistência. Observa-se ainda que a dependência tende a aumentar com o tempo: 18,7% dependem totalmente apesar de estarem na atividade há menos de 2 anos; 30,8% têm entre 2 e 5 anos de exercício; 50,5% encontram-se há mais de 5 anos no setor.

A tendência observada sugere que, quanto maior o tempo de inserção no mercado informal, maior a probabilidade de o indivíduo se tornar estruturalmente dependente desta atividade, o que reflete tanto limitações de mobilidade laboral quanto o défice generalizado de oportunidades formais de emprego.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

3.3. Incidência do Rendimento Sobre os Indicadores de Qualidade de Vida

Tabela 3. Estatísticas Descritivas

	Média	Desvio Padrão	N
Indice_QV	2,12	0,97686	100
Rendimento	1,88	1,1217	100

Fonte: SPSS

A tabela das estatísticas descritivas apresenta as medidas centrais dos dois principais indicadores analisados: o Índice de Qualidade de Vida (IQV) e o Rendimento diário. O Índice de Qualidade de Vida revelou uma média de 2,12 (desvio-padrão = 0,98), numa escala de 1 a 5, evidenciando um nível relativamente baixo de condições de bem-estar entre os inquiridos. Este indicador abrange dimensões como habitação, alimentação, vestuário, comunicação, lazer e nível académico. O desvio-padrão inferior a 1 sugere uma variabilidade moderada entre as respostas, indicando uma percepção relativamente homogénea da realidade vivida.

O rendimento médio diário foi de 1,88, revelando valores predominantemente baixos, concentrados nas faixas inferiores da escala (inferior a 3.000 Kz). O desvio-padrão elevado (1,12) denota ampla heterogeneidade nos ganhos, possivelmente relacionada com diferenças nos tipos de produtos comercializados, localização do ponto de venda, sazonalidade da procura, volume de clientela.

Foram ainda analisados os indicadores de colinearidade (Tolerância = 1,000; VIF = 1,000), confirmando ausência total de multicolinearidade entre os indicadores da variável independente. Assim, cada indicador atua de forma estatisticamente autónoma no modelo de regressão, reforçando a validade dos resultados.

Tabela 4. Factores de inflacionamento da variância

Modelo		Estatísticas de colinearidade	
		Tolerância	VIF
1	(Constante)		
	Rendimento	1,000	1,000

Fonte: SPSS

Os resultados evidenciam que o rendimento não apresenta correlação linear significativa com o outro indicador da variável explicativa incluída no modelo, atuando de forma independente sobre o Índice de Qualidade de Vida. Tal fato reforça a robustez do modelo e permite interpretar isoladamente o impacto do rendimento na qualidade de vida dos quitandeiros.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Tabela 5. Receita Diária vs Casa Própria

Receita Diária	Respostas					
	Sim		Não			
			Arrenda		Vivo na casa de alguém	
	Fr	%	Fr	%	Fr	%
Inferior a 3.000,00	7	46,7	38	55,1	8	50
3.000,00 à 5.000,00	3	20	13	18,8	3	18,8
5.000,00 à 10.000,00	2	13,3	14	20,2	2	12,5
10.000,00 à 20.000,00	1	6,7	4	5,9	2	12,5
20.000,00 em diante	2	13,3	0	0	1	6,2
Total	**15**	**100**	**69**	**100**	**16**	**100**

Fonte: Pesquisa de Campo (2025)

A partir da análise da Tabela n.º 5, observa-se que apenas 15% dos quitandeiros afirmam ter habitação própria, enquanto 85% não dispõem de casa própria, encontrando-se em regime de arrendamento ou vivendo em casa de familiares.

A distribuição revela ainda que possuir uma receita diária mais elevada não garante necessariamente a aquisição de casa própria. Parte significativa dos indivíduos que possuem habitação própria encontra-se justamente nos escalões de rendimento mais baixos.

Este fenómeno pode dever-se ao fato de que quitandeiros com receitas mais elevadas comercializam bens de procura elástica, cuja venda é irregular, o que gera instabilidade financeira. Por outro lado, aqueles que auferem rendimentos menores tendem a comercializar bens de procura inelástica, garantindo receitas mais frequentes e previsíveis, facilitando investimentos de longo prazo.

Tabela 6. Receita Diária vs Condições Habitacionais

Receita Diária	Condições Habitacionais													
	Luz						Água Potável						Telefone	
	Sim		Não		De vez em quando		Sim		Não		De vez em quando		Sim	Não
	Fi	%	Fi	%	Fr	%	Fr	%	Fr	%	Fr	%	Fr %	Fr %
Inferior a 3.000,00	16	64	19	57,6	18	42,9	21	75	24	49	8	34,8	47 52,8	6 54,4
3.000,00 à 5.000,00	4	16	7	21,2	8	19	3	10,7	11	22,4	5	21,7	17 19,1	2 18,2
5.000,00 à 10.000,00	4	16	6	18,1	8	19	2	7,1	11	22,4	5	21,7	16 18	2 18,2
10.000,00 à 20.000,00	0	0	1	3	6	14,3	0	0	3	6,1	4	17,4	6 6,7	1 9,1

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

20.000,00 em diante	1	4	0	0	2	4,8	2	7,1	0	0	1	4,3	3	3,3	0	0
Total	**25**	**100**	**33**	**100**	**42**	**100**	**28**	**100**	**49**	**100**	**23**	**100**	**89**	**100**	**11**	**100**

Fonte: Pesquisa de Campo (2025)

As condições habitacionais mostram-se particularmente frágeis. Entre os 100 inquiridos, apenas 25% afirmam ter acesso regular à eletricidade; 28% têm acesso contínuo a água potável; 89% possuem telefone, indicador geralmente menos dependente de infra-estruturas habitacionais.

Considerando os critérios mínimos de habitabilidade, observa-se que a maioria dos quitandeiros vive em condições insuficientes ou precárias, o que compromete significativamente o seu nível de qualidade de vida e evidencia a insuficiência dos rendimentos informais face às necessidades básicas.

Tabela 7. Receita Diária vs Vestuário

Receita Diária	**Respostas**			
	Sim		**Não**	
	Fr	**%**	**Fr**	**%**
Inferior a 3.000,00	29	49,2	24	58,5
3.000,00 a 5.000,00	11	18,6	8	19,5
5.000,00 a 10.000,00	11	18,6	7	17,1
10.000,00 a 20.000,00	5	8,5	2	4,9
20.000,00 em diante	3	5,1	0	0
Total	**59**	**100**	**41**	**100**

Fonte: Pesquisa de Campo (2025)

A Tabela n.º 7 demonstra que 59% dos participantes afirmam conseguir adquirir vestuário para o seu agregado familiar sem grandes dificuldades, enquanto 41% refere dificuldades regulares. Apesar do vestuário ser um indicador menos sensível do que a habitação ou a alimentação, estes valores revelam alguma vulnerabilidade econômica e irregularidade de rendimentos.

Tabela 8. Receita Diária vs Aderência Sanitária

Receita Diária	**Aderência Sanitária**					
	Hospitais Públicos		**Postos Médicos**		**Automedicação**	
	Fr	**%**	**Fr**	**%**	**Fr**	**%**
Inferior a 3.000,00	34	60,7	14	73,7	5	33,3
3.000,00 à 5.000,00	11	19,6	6	23,3	2	13,3
5.000,00 à 10.000,00	9	16,1	5	17,2	4	26,7

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

10.000,00 à 20.000,00	2	3,6	3	10,3	2	13,3
20.000,00 em diante	0	0	1	3,4	2	13,3
Total	**56**	**100**	**29**	**100**	**15**	**100**

Fonte: Pesquisa de Campo (2025)

A análise da utilização de serviços de saúde mostra que 56% recorrem a hospitais públicos; 29% a postos médicos; 15% praticam automedicação. A predominância do recurso aos serviços públicos deve-se maioritariamente a incapacidade financeira para custear serviços privados. A automedicação, prática identificada em 15% dos inquiridos, constitui um risco significativo para a saúde pública, sobretudo em contextos de baixa literacia sanitária.

Os dados confirmam ainda que os indivíduos com menores rendimentos são os que mais dependem dos serviços públicos, o que é coincidente com a literatura sobre desigualdades socioeconômicas em saúde.

Tabela 9. Frequência de Refeições Diária

Número de Refeições/Dia	Quitandeiros	
	Fr	%
Uma	6	6
Duas	61	61
Três	29	29
As Vezes Nenhuma	4	4
Total	**100**	**100**

Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Quanto à alimentação, 61% dos quitandeiros referem consumir duas refeições diárias, 29% consomem três refeições e 6% apenas uma refeição. Os restantes 4% afirmam, ocasionalmente, não realizar qualquer refeição diária.

Segundo parâmetros internacionais de nutrição e bem-estar (incluindo os considerados no Índice de Desenvolvimento Humano), o consumo de três refeições diárias é considerado o mínimo desejável. Assim, a maioria dos inquiridos situa-se abaixo do limiar nutricional recomendado.

Tabela 10. Repouso Semanal

Indagados	Respostas				Total geral	
	Sim		Não			
	Fr	%	Fr	%	Fr	%
Quitandeiros	48	100	52	100	100	100
Total	**48**	**100**	**52**	**100**	**100**	**100**

Fonte: Pesquisa de Campo (2025)

A Tabela n.º 10 indica que 52% dos inquiridos não dispõe de repouso semanal. O lazer e o descanso constituem dimensões essenciais da qualidade de vida e prevenção de doenças

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

ocupacionais. A ausência de descanso torna estes trabalhadores mais vulneráveis ao stress crónico, à síndrome de esgotamento profissional (*burn-out)* e a patologias associadas a esforço repetitivo.

3.3.1. Análise da Consistência Interna dos Dados

Tabela 11. Resumo de processamento do caso

	Válido		Ausente		Total	
	N	Fr	N	Fr	N	Fr
Indice_QV	100	100%	0	0,00%	100	100,00%

Fonte: SSPS

A ausência de valores omissos confirma a qualidade da recolha dos dados e permite a realização de análises estatísticas robustas, sem necessidade de imputação. O Índice de Qualidade de Vida representa fielmente as perceções dos 100 inquiridos.

Tabela 12. Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
0,956	6

Fonte: SSPS

O valor do Alfa de Cronbach (0,956) evidencia excelente consistência interna, indicando que os seis itens que compõem o Índice de Qualidade de Vida são altamente coerentes entre si. Esta elevada fiabilidade aumenta a confiança na utilização deste índice como medida da perceção do bem-estar dos quitandeiros.

Tabela 13. Matriz de Correlações das variáveis em estudo

		Indice_QV	**Rendimento**
Correlação de Pearson	Indice_QV	1,000	,880
	Rendimento	,880	1,000
Sig. (1 extremidade)	Indice_QV	.	,000
	Rendimento	,000	.
N	Indice_QV	100	100
	Rendimento	100	100

Fonte: SSPS

A correlação de Pearson entre o rendimento e o Índice de Qualidade de Vida ($r = 0,880$; $p < 0,001$) demonstra uma relação positiva, forte e estatisticamente significativa. Assim, rendimentos mais elevados associam-se a melhor perceção de qualidade de vida.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Tabela 14. Modelo de Regressão

Modelo	R	R^2	R^2 ajustado	Erro padrão da estimativa	Estatísticas de mudança					Durbin-Watson
					Alteração de R^2	Alteração F	df1	df2	Sig. Alteração F	
1	0,88	0,774	0,772	0,46624	0,774	336,588	1	98	0	0,123

Fonte: SSPS

A regressão linear mostra que o rendimento explica 77,4% da variação do Índice de Qualidade de Vida (R^2 ajustado = 0,772). O modelo apresenta elevada significância estatística (F = 336,588; p < 0,001), confirmando que o rendimento exerce forte impacto sobre o bem-estar dos quitandeiros.

3.3.2. Incidência das Condições de Trabalho na Qualidade de Vida

A segurança no trabalho visa, de forma ampla, preservar a saúde física e mental dos trabalhadores, prevenindo acidentes e reduzindo a exposição a riscos associados às suas ocupações. No contexto da economia informal, estes riscos tendem a intensificar-se devido à inexistência de condições estruturadas de trabalho, o que compromete o bem-estar e a qualidade de vida daqueles que exercem a actividade.

A partir das respostas à questão aberta colocada aos inquiridos e da observação não participativa realizada no terreno, constatou-se que os quitandeiros não dispõem de condições de trabalho adequadas. Os produtos comercializados, sobretudo os bens alimentares frescos, são frequentemente expostos sem o devido acondicionamento ou refrigeração, aumentando o risco de deterioração e contaminação. Adicionalmente, observou-se a venda de combustíveis armazenados de forma imprópria, os quais, sujeitos às variações térmicas ou a fontes de ignição inadvertidas, podem originar incêndios e colocar em perigo a integridade física dos comerciantes e dos consumidores.

Outro fator crítico prende-se com a ausência de assentos adequados. Muitos quitandeiros permanecem longas horas de pé, enquanto os poucos que possuem bancos referem que estes carecem de ergonomia e conforto mínimo, tornando-se inadequados para uso prolongado.

O ruído constitui igualmente um risco ocupacional significativo. Para além do barulho gerado pelo fluxo normal de vendedores e clientes, regista-se a utilização de electrodomésticos ligados em volume excessivo como forma de publicidade comercial. Esta exposição contínua tem potencial para causar danos auditivos, contribuindo para a degradação progressiva da saúde dos trabalhadores.

A gestão de resíduos representa outro problema relevante. Os mercados carecem de contentores suficientes, o que leva ao depósito de lixo nas proximidades imediatas das bancadas de venda. A decomposição e o cheiro intenso resultante destes resíduos comprometem a

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

qualidade do ar e podem afetar o sistema respiratório dos trabalhadores, que permanecem diariamente nesse ambiente.

Por fim, os quitandeiros apontam a insuficiência dos serviços de segurança e protecção civil. Relatam episódios frequentes de furtos, agressões e conflitos, afirmando que os efetivos presentes são incapazes de actuar de forma preventiva ou de controlar rapidamente as situações de desordem.

Em síntese, os mercados estudados apresentam condições laborais precárias, caraterizadas por riscos físicos, ambientais e sociais que afetam diretamente a saúde e o bem-estar dos quitandeiros, contribuindo para uma baixa qualidade de vida laboral.

CONSIDERAÇÕES

O presente estudo teve como objetivo analisar de que modo a economia informal contribui para a melhoria da qualidade de vida dos quitandeiros dos mercados Alto das Rolas e Cabassango, na província de Cabinda. Os resultados obtidos permitem afirmar que, apesar de constituir a principal fonte de rendimento dos inquiridos, a economia informal não assegura condições de vida suficientemente estáveis ou dignas, actuando sobretudo como mecanismo de mera sobrevivência económica.

Os dados demonstram que todos os quitandeiros aderem à actividade informal motivados pela necessidade de melhorar as suas condições de vida, e não por vocação ou escolha profissional (Tabela n.º 1). Todavia, embora a maioria dependa exclusivamente desta atividade (Tabela n.º 2), os rendimentos auferidos revelam-se insuficientes para satisfazer uma parte significativa das necessidades básicas. A análise dos indicadores de qualidade de vida mostra que:

a) Habitação: a renda informal não permite o acesso a casa própria, levando a que a maioria dos inquiridos viva em regime de arrendamento ou em habitação cedida (Tabela n.º 5).

b) Condições habitacionais: muitos quitandeiros não dispõem de luz eléctrica nem de água potável com regularidade, fatores diretamente associados à longevidade e ao bem-estar humano (Tabela n.º 6).

c) Alimentação: a maior parte dos inquiridos ingere apenas duas refeições por dia, revelando estarem abaixo do limiar nutricional recomendável (Tabela n.º 9).

d) Vestuário: uma percentagem significativa não consegue adquirir roupas com a regularidade recomendada (Tabela n.º 7).

e) Saúde: verifica-se dependência quase total dos serviços públicos devido à insuficiência de renda, coexistindo com práticas de automedicação que agravam os riscos à saúde (Tabela n.º 8).

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Para além dos constrangimentos econômicos, as condições de trabalho observadas são marcadas por forte precarização: ausência de assentos adequados, exposição permanente ao ruído excessivo, armazenamento deficiente de alimentos perecíveis, proximidade a combustíveis mal conservados, insuficiência de contentores de lixo e fraca protecção civil. Estes elementos configuram riscos significativos à saúde e à segurança dos trabalhadores, conforme evidenciado na Tabela n.º 10.

A análise estatística (correlações e regressão) confirma que existe relação positiva e significativa entre rendimento e qualidade de vida. Contudo, a magnitude dos rendimentos informais é tão limitada que o seu impacto global permanece reduzido. Embora o Índice de Qualidade de Vida (2,12) seja ligeiramente superior ao nível médio de rendimento diário (1,88), ambos permanecem em patamares baixos, demonstrando que a economia informal mitiga, mas não ultrapassa a situação de vulnerabilidade.

Em síntese, conclui-se que a incidência da economia informal na melhoria da qualidade de vida dos quitandeiros dos mercados Alto das Rolas e Cabassango é pouco expressiva, ainda que exerça um papel relevante na redução imediata das dificuldades económicas. Os resultados obtidos validam a hipótese inicialmente formulada.

SUGESTÕES

Com base nos resultados alcançados e considerando a necessidade de promover a dignidade económica e social dos quitandeiros, sugere-se às Administrações Municipais o seguinte:

a) Reabilitar e ampliar as condições físicas dos mercados, incluindo bancadas, assentos ergonómicos, armazéns apropriados para produtos perecíveis e estruturas de sombreamento adequadas;

b) Assegurar a existência de contentores de resíduos sólidos em número suficiente e implementar um sistema regular de recolha de lixo;

c) Reforçar os serviços de segurança para prevenir furtos, agressões e conflitos frequentes.

REFERÊNCIAS

GRAÇA, Job, **Economia do Desenvolvimento***:* Sebenta de lições da UCAN. [S. l.]: INIC, 2012.

JOAQUIM, Filipe Araújo et al. **Metodologia Para Investigação Social**. Lisboa: Editora-Escolar, 2012

KAPITIYA, Francisco. **ABC de Metodologia Científica**. 5. ed, Angola: Secretariado de Pastoral da Diocese de Benguela, 2010.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

PDI. **Administração municipal**: o perfil de Cabinda 2. ed, [S. l.]: PDI, 2011.

SAMUELSON, P. *et al.* **Economia**. 18. Ed. New York: MC Graw-Hill, 2005.

TAMO, kianvu. **Gerir os Recursos Humanos:** Entre Constrangimentos e alternativas. Angola: Capetê-Publicações, 2008.

TAMO, kianvu. **Metodologia de Investigação em Ciências Sociais.** Angola: Capetê-Publicações, 2012.

Documentos electrónicos

ADAM, M.; GINSBURCH, V. The effects of irregular markets on macroeconomic policy: some estimates for Belgium. **European Economic Revenue**, v. 29, p. 1, p. 15-33, 1985, 1988. Disponível em: www.diehippiedie.com

AMARAL, I. **A propósito das cidades do Terceiro Mundo**. Disponível em: www.memoria-africa.ua.pt.

ANDRADE, X. Para uma nova reflexão sobre o sector informal citadino. **Estudos Moçambicanos**, p. 77-92, 1992. Disponível em: http//: www.ceg.ul.pt.

ANGOLA. **Decreto Presidencial n.º 148/25, de 5 de junho de 2025**. Aprovação do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) em Angola. Disponível em: https://lex.ao/docs/presidente-da-republica.

ANGOLA. **Decreto Presidencial n.º 225/23, de 30 de novembro**. Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027. Disponível em www.mpla.ao.

ASEA, P. K. The informal sector: baby or bath water? Carnegie. **Rochester Conf. Series Public Policy**, 1996. Disponivel em: www.Scielo.br.

BRAGA, T. Silveira. O setor informal e as formas de participação na produção: os casos das regiões metropolitanas de Salvador e Recife. *In:* **XV Encontro Nacional de Estudos populacionais.** Caxambú, 2006. Disponivel em: www.abep.nepo.unicamp.br.

CAPECCHI, V. "The Informal Economy and the Development of Flexible Spacialization in Emilia-Romagna". *In*: PORTES, A.; CASTELLS, M.; BENTON, L. (Eds). **The Informal Economy**: Studies in Advanced and Less Developed Countries. London: The John Hoppkins Univesity Press,1989. Disponivel em: www.sagepub.com/ .

CENTRO DE INFORMAÇÃO REGIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EUROPA OCIDENTAL. **Objectivos de Desenvolvimento Sustentável**. [S. l.]: UNRIC, 2016. Disponível em: www.unric.org/pt.

CHICKERING, A.; LAWRENCE, Mohamed. **The Silent Revolution**: the informal sector in five asian and near Eastern Countries, San Francisco, Calif.: ICS Press; Lanham, Md.: Distributed to the trade by National Book Network, 1991. Disponível em: www.search.library.wisc.edu.

CHONG, Alberto; GRADSTEIN, Mark. Inequality and Informality. **Journal of Public Economics**, v. 91, n. 1-2, p. 159-79, 2007. Disponivel em: www.widwe.unu.edu/stc.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

CROCKER, David. "Qualidade de Vida e Desenvolvimento: o enfoque normativo de Sen e Nussbaum". Qualidade de Vida. **Lua Nova - Revista de Cultura e Política, CEDEC**, n. 31, 1995. Disponivel em: www.ivt-rj.net.

DE SOTO, H. **The other path.** (El otro sender. Translated by June Abbort) NY: Harper and Row, 1989. Disponivel em: www.diehippiedie.com.

FEIGE, E. L. How big is the irregular economy? **Challenge, the Magazine of Economic Affairs**, v. 22, n. 5, p. 5-13, 1994. Disponível em: www.scielo.br.

FELICIANO, José Fialho. **O impacto da economia informal na redução da exclusão e da pobreza nos PALOP e suas interacções com a protecção social**. Proposta de Estudo (Não-publicado). Lisboa: Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa, 2005. Disponivel em: www.iese.ac.mz.

FERREIRA, Frederico P. M. **Qualidade de vida e seu conceito — uma análise crítica**. [S.L]: Mimeo, 1995, Disponivel em: www.aems.com.br.

FICHTENBAUM, Rudy. The Productivity Slowdown and the Underground Economy, Quarterly. **Journal of Business Economy**, v. 28, n. 3, p. 78-90, Disponivel em: www.receita.fazenda.gov.br.

FRANCISCO, António da Silva. Recensão crítica da política Economia Política do Orçamento em Moçambique. **Documento para debate**, 2005. Disponível em:/ www.mopof.org.mo.

GALLOPIN, Gilberto C. El ambiente Urbano y la planificacion ambiental. *In:* **MEDIO Ambiente Y Urbanizacion**. Buenos Aires: CLACSO/CIFCA, 1982, Disponível em: www.ecoeco.org.br.

GONÇALVES, Teresinha Maria. Psicologia Ambiental. **Revista em Ciências da Saúde**, Criciúma-SC, n. 1, p. 17-21, 2004. Disponível em: www.bib.unesc.net.

HERCULANO, S. C. "Do Desenvolvimento (In) suportável à sociedade feliz". *In:* GOLDENBERG, M. (coord.). **Ecologia, Ciência e Política**, Rio de Janeiro: Revan, 1992, Disponível em: www.scielo.br.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Inquérito ao Emprego em Angola**: Folha de Informação Rápida – II Trimestre de 2025. Disponível em: www.ine.gov.ao.

LOPES, Carlos. Informalidade e Desenvolvimento: Algumas Pistas para Reflexão. *In:* **Congresso Internacional África Camina**, Barcelona, p. 12-15, jan. 2004. Disponível em: http://www.booksandjournals.brillonline.com.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo: Nova cultural, 1985. Disponível em: http://www.ppgeconomia.ufpa.br. Acesso em 13 abr. 2012.

MIRUS, R.; SMITH, R. S. Canada`s underground economy: measurement and implications. *In:* LIPPERT, Owen; WALTER, Michael (eds.). **The underground economy**: global evidence of its size and impact. Vancouver: Fraser Institute, 1997, Disponível em: http://www.oldfraser.lexi.net.

NORONHA, E. G. "Informal", ilegal e injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, out. 2003. Disponível em: http://www.socialsciences.scielo.org.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

OIT. **Employment, income and equality:** a strategy for increasing productive employment in Kenya. Genebra: OIT, 1972. Disponível em http://www.erudit.org.

OIT. Relatório sobre trabalho decente e a Economia Informal. *In:* **Conferência Geral da OIT (90ª sessão)**, 2002. Disponível em: http://www.ilo.org.

OLIVEIRA, Francisco de. **Critica a razão dualista**. São Paulo: Brasiliense, 1981. Disponível em http://www.books.google.co.ao.

PAIX, C. Approche théorique de l`urbanisation dans les pays du Tiers Monde. **Revue Tiers Monde**, v. 50, p. 269-308, 1972. Disponível em: http://www.horizon.documentation.ird.fr.

PAMPLONA, João B. **Erguendo-se pelos próprios cabelos – auto emprego e reestruturação produtiva no Brasil.** São Paulo: Germinal, 2001. Disponível em: http://www.pucsp.br.

PRANDI, José R. **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo: Símbolo, 1977. Disponível em http://www.revistas.fee.tche.br.

RAMOS, C. A. Setor informal: do excedente estrutural a escolha individual. Marcos interpretativos e alternativas de política. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2007. Disponível em: http://www.proppi.uff.br.

ROBERTS, B. **Cities of peasants**. Edward Arnold, Londres: [s. n.], 1975, Disponível em: http://www.books.google.co.ao.

SANCHES, Osmar. **Determinantes da Economia Informal**. [S. l.]: Econ, 2008. Disponivel em: www.econ.jku.at.

SANTOS, M. **L´Espace partagé.** Les deux circuits de l´économie urbaine des pays sous-développés. Génin, Paris: Ed M.Th, 1975. Disponível em http://www.saber.ula.ve.

SCHNEIDER, F.; ENSTE, D. H. Shadow economies: size, causes, and consequences. **Journal of Economic Literature**, v. 38, p. 77-114, 2000. Disponível em: www.econ.jku.at.

SINGER, P. **Economia política do trabalho**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1979. Disponível em: www.nucleohumanidades.ufma.br.

SMITH, P. Assessing the size of the underground economy: the Canadian statistical perspectives. **Canadian Economic**, 1994. Disponível em http://www.publications.gc.ca.

SOUZA, Amaury (Org.). **Qualidade de vida urbana – Introdução**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. (Debates Urbanos n. 7). Disponível em: http://www.bibvir.uqac.ca.

THEODORO, M. **As bases da política de apoio ao sector informal no Brasil**. Brasília: Ipea, 2000. (Texto para Discussão, n. 762). Disponível em http://www.ipea.gov.br.

THEODORO, M. **O estado e os diferentes enfoque sobre o informal**. Brasília: Ipea, 2002. (Texto para Discussão, n. 919). Disponível em http://www.ipea.gov.br.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.